



REVISTA INTER-LEGERE: DEBATES  
**PROFESSOR HOMERO DE  
OLIVEIRA COSTA**

---



**FAGNER FRANÇA<sup>3</sup>**

Aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/PPGCS.



O professor [Homero de Oliveira Costa](#) é Graduado em Ciências Sociais (habilitação em Política e Sociologia), é mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (São Paulo/Brasil), e doutor em Ciências Sociais (Área de Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Brasil. Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Homero Costa coordena, atualmente, a pesquisa intitulada “Financiamento de campanhas eleitorais no Rio Grande do Norte: 2000-2008”. Publicou os livros: Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)<sup>4</sup>; A Reforma Política no Brasil e Outros Ensaios<sup>5</sup>; A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia<sup>6</sup>. Nesta entrevista, a Fagner França o professor se pronuncia sobre a democracia e a participação política no Brasil e na América do Sul.

---

<sup>3</sup> Fagner França é aluno do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, integrante da Comissão Editorial da Revista *Inter-legere*, em novembro de 2008.

<sup>4</sup> COSTA, H. O. . Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002). 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. v. 01. 286 p.

<sup>5</sup> COSTA, H. O. . A Reforma Política no Brasil e Outros Ensaios. 1. ed. Natal-RN: Editora Sebo Vermelho, 2001. v. 01. 184 p.

<sup>6</sup> COSTA, H. O. . A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia. Natal (RN): Ensaio SP/ Cooperativa Cultural - UFRN, 1995.

**REVISTA INTER-LEGERE:** Em seu livro mais recente, **Democracia e Representatividade Política no Brasil – uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)**, fruto de sua tese de doutorado defendida na PUC-SP, em 2005, o senhor analisa o aumento da abstenção eleitoral nas democracias representativas do mundo, principalmente a partir dos anos 1990. A que se deve esse fato?

**PROFESSOR HOMERO DE OLIVEIRA COSTA:** Primeiro, eu parto da constatação que é a de uma crise da representação política, expressa, dentre outros aspectos, no descrédito da política e das instituições democráticas, que é um fenômeno que ocorre no Brasil – pesquisas recentes reafirmam que congresso e partidos são os que menos têm credibilidade junto à opinião pública – mas também ocorre no plano internacional. O estudo que eu fiz, na verdade uma revisão bibliográfica, pois não fiz pesquisas na Europa ou nos Estados Unidos, mas eu li a respeito, de autores que estudaram o assunto, constatando-se que há uma perda da centralidade dos partidos, uma crise de confiança nas instituições, e, em consequência um aumento da abstenção eleitoral, especialmente a partir dos anos 1990. Praticamente todos os países europeus, com algumas exceções, exceções estas basicamente verificadas nos países com voto obrigatório, há uma queda da participação eleitoral, uma menor filiação aos partidos etc. Então, acho que é uma coisa geral, e, ao estudar esse fenômeno no Brasil, nas eleições presidenciais – claro que não é específico, mas eu quis centrar o foco nas eleições presidenciais, onde há maior participação – eu constatei que há um número muito grande de abstenção nas eleições do Brasil, não só de abstenções mas de votos brancos e nulos, que o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, num livro publicado em 1987, chamou de alienação eleitoral, ou seja, o somatório dos votos brancos, nulos e abstenções. Entre outros dados, por exemplo, nas eleições de 1998, quando Fernando Henrique Cardoso foi reeleito, 52% dos eleitores aptos a votar no Nordeste não votaram nas eleições, anulando, votando em branco ou se abstendo. Isto é um fato muito expressivo. E há variações no Nordeste, pois enquanto os dados são acima de 60% no Maranhão, na Bahia são quase 60%. No geral, nas eleições gerais, foi maior do que os votos dados a Fernando Henrique Cardoso. Então, temos um país onde o voto é obrigatório, e por ser obrigatório, o povo acaba anulando, se abstendo ou votando em branco. Então, eu tentei entender esse fenômeno no Brasil, mas fui vendo,

nas leituras, que não é um fenômeno nacional, mas ocorre na América Latina e também nos países europeus. Desse modo, tentei inserir essa minha análise numa questão mais geral, que eu estou chamando de crise de representação política. Os partidos não são representativos, pois não representam a sociedade... juntando a isso, temos a própria atuação desses partidos no parlamento, de crises, corrupção, descrédito... vemos que eles contribuem enormemente para essa situação. Assim, eu falo do Brasil porém incluído num contexto mais geral.

**REVISTA INTER-LEGERE:** Falando do caso sul-americano, muitos países da região, em décadas passadas e sombrias, sucumbiram a ditaduras militares que espalharam o medo em nome da manutenção de privilégios, a favor dos interesses do capital internacional e contrários às reformas sociais. Mas, hoje, a democracia parece desacreditada nestes mesmos lugares onde foi conquistada a duras penas, e os Estados se mostram incapazes de responder às demandas da sociedade. O sistema democrático fracassou?

**PROFESSOR HOMERO DE OLIVEIRA COSTA:** Não é que fracassou... Nas décadas de 1960 e 1970, a maioria dos países da América Latina viveu sob ditaduras militares violentas, principalmente no chamado cone sul, como Argentina, Uruguai e Chile, as três mais violentas, além do caso brasileiro, o que ocorreu é que nos processos de transição para a democracia, não houve realmente um verdadeiro rompimento desses governos civis, mas, um certo pacto entre essas elites. O Brasil é um exemplo disso. No governo Sarney, os militares mantiveram uma importância grande ainda nos Ministérios, ou seja, não houve qualquer tipo de retaliação. Isso ocorreu um pouco depois na Argentina já no governo Nestor Kirchner, em relação aos torturadores. Mas em geral houve um processo de anistia. O próprio Menem, que o antecede, fez anistias. Mas a Argentina enfrentou muitas crises, o que aumentou o número de votos brancos, nulos e o chamado voto bronca que lá é muito expressivo. Mas o que acontece é que esse governos civis não fizeram aquilo que se propunham no início. O processo de democracia não significou maior democratização do acesso ao poder, uma maior democratização social, ou seja, mais igualdade, as diferenças entre

ricos e pobres continuaram, até se acentuaram, enfim, é o que eu chamo de promessas não cumpridas da democracia, e isso levou a decepção, que se expressa também na participação eleitoral. No caso do Brasil, o crescimento no número de votos brancos e nulos, por falta de alguma relação mais objetiva, eu tentei estabelecê-la com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e exclusão social. Então eu peguei esses índices dos municípios brasileiros e vi é no Nordeste onde se apresentam as maiores taxas de brancos e nulos, e, coincidentemente ou não, é onde existem os menores índices de desenvolvimento humano. Então, eu acho que essas populações que estão excluídas do processo eleitoral apresentam a sua insatisfação, consciente ou não, em relação ao sistema político partidário, de uma maneira geral; daí a compreensão de que essas taxas são expressivas.

**REVISTA INTER-LEGERE:** No caso brasileiro, o senhor explica que os partidos estão perdendo importância ideológica, credibilidade e confiança por parte da população. Além disso, a relação eleitor/candidato hoje é muito mais personalista. Uma reforma política resolveria o problema?

**PROFESSOR HOMERO DE OLIVEIRA COSTA:** Depende da reforma. Eu não acredito numa reforma política que dependa apenas do Congresso. Propostas circulam no Congresso desde, pelo menos, a Constituição de 1988. São formadas comissões para avaliar o caso; são apresentadas propostas mas que nunca são votadas. Houve uma em 1995, outra no início do governo Lula, mas as medidas não são implementadas. O objetivo de uma reforma política seria reformar o nosso sistema político partidário. Propostas que eu acho extremamente importantes como o financiamento público exclusivo de campanha, fidelidade partidária, voto em lista, enfim, são questões importantes que poderiam ajudar a fortalecer os partidos dando-lhes, assim, maior credibilidade. A questão do financiamento eu acho extremamente importante porque o que ocorre hoje com a legislação em vigor, embora os tribunais eleitorais tenham feito a sua parte na questão da fiscalização, mas se você pegar os escândalos, que ocorrem no Brasil, eles passam pelo caixa 2, pelo financiamento de campanha. Uma das maiores crises do governo, o escândalo do mensalão, basicamente é financiamento de

campanha. Aliás, isso vem desde o governo Collor. Isso continua a existir porque grandes empresas financiam partidos e candidatos e obviamente que elas controlam o exercício do mandato desse pessoal. Diferentemente de uma pessoa comum que vota em um ou outro candidato e que, em geral, não controla o exercício do mandato; na maior parte das vezes, esquece em quem votou. Mas uma empresa que doa um, dois milhões não esquece a quem doou, e certamente vai cobrar com ágil aquilo em que ela investiu. Inclusive, é uma pesquisa que estou fazendo aqui no Rio Grande do Norte, mostrando quem financia quem. E no fundo, você cria distorções na representação e cria problemas até no processo eleitoral porque, dentro do mesmo partido, você tem diferenças, porque há candidatos, como no caso de deputados federais, que têm uma receita de 650 mil , enquanto um candidato do mesmo partido tem 3.500, ou seja, um processo completamente desigual. Então essa é uma questão central. Se não houver uma reforma política que não mexa nessas questões, não vai adiantar muita coisa, porque vai criando um descrédito nas instituições. Uma pesquisa que eu li recentemente afirma que mais de 80% dos entrevistados não acreditam no Congresso, nos partidos etc.

**REVISTA INTER-LEGERE:** Existe alternativa ou perspectiva de mudanças fora da política institucional? Por exemplo, as associações de bairros, movimentos sociais organizados ou a ampliação do terceiro setor, em sua opinião, podem fazer a diferença para o avanço não apenas dos direitos políticos, mas econômicos, eleitorais, culturais, etc., em um sentido estrutural, mais amplo e permanente?

**PROFESSOR HOMERO DE OLIVEIRA COSTA:** Acho difícil. Essa mudança estrutural que você diz, só se for através de um processo revolucionário, que não está colocado no nosso horizonte. A depender das organizações da sociedade civil, como temos hoje, de certa maneira muitas cooptadas pelo governo federal... se pegarmos o caso da CUT atualmente, qual a combatividade que a CUT tem hoje em dia? Então, a depender dessas associações do jeito que elas estão agora, não creio que haja mudanças. É complicado porque não haverá reforma se depender exclusivamente do Congresso e,

pelo visto, estamos numa situação em que hoje não podemos esperar isso da sociedade civil organizada.

**REVISTA INTER-LEGERE:** Um dos pontos importantes no seu livro é relação entre mídia e política. Como ela se dá no Brasil?

**PROFESSOR HOMERO DE OLIVEIRA COSTA:** Esse é um tema complicado e não sei como vou dizer isso em poucas palavras. O que eu procurei fazer no caso da minha pesquisa foi ver como essa relação se dá no âmbito do processo eleitoral. Há um estudo do Mauro Porto, inclusive, em que mostra como a mídia contribui para esse descrédito das instituições e para desqualificação da política, no sentido que ela noticia apenas os aspectos negativos, de corrupção. Mas é um processo complicado de sintetizar e que realmente eu precisaria de mais tempo e espaço para isso...

**REVISTA INTER-LEGERE:** Ainda, em relação à mídia, há uma tendência mundial no sentido da formação de um pensamento único. Ou seja, praticamente todos os órgãos da chamada grande imprensa, em seus editoriais (no caso do jornal impresso) ou por meio da televisão, emitem quase que uma mesma opinião em relação a praticamente todos os assuntos, eliminando as posições divergentes e minoritárias, que são muitas. Além disso, estas mesmas empresas, por sinal, muito poucas, unidas em grandes conglomerados, estão cada vez mais se fundindo a outros ramos de negócios, denunciando um entrelaçamento incestuoso com o capital em detrimento da alardeada neutralidade jornalística. Qual o papel da mídia hoje, no caso do Brasil, e que importância ela tem para a democracia?

**PROFESSOR HOMERO DE OLIVEIRA COSTA:** Esse é um processo importante e crescente que vem sendo constatado há muito tempo, que é o de concentração da mídia. Pluralidade e sem o controle democrático da mídia realmente fica muito difícil. Por essa relação governo e mídia no Brasil, temos essa grande rede, a rede Globo, e suas relações com o governo. Evidente que há aí uma troca de interesses. Parece-me

que não há uma neutralidade absoluta. Aquelas que se confrontam com o governo, nós sabemos até que ponto são apenas interesses contrariados. É o caso da *Veja*, particularmente. Mas, no Brasil, assim como no mundo, também ocorre esse processo que abrange não apenas uma mas várias mídias e que é muito danoso para a democracia. Na medida em que não há um controle maior dessas grandes corporações, temos aí uma possibilidade maior da formação daquele chamado pensamento único.

**REVISTA INTER-LEGERE:** Há uma inversão no sistema político administrativo brasileiro? Por exemplo, hipertrofia do executivo, intromissão de um poder sobre a competência do outro, etc... O que fazer para tornar essas relações pelo menos mais isonômicas?

**PROFESSOR HOMERO DE OLIVEIRA COSTA:** Essencialmente democratizar a política. Mas esses problemas não são desse governo, mas históricos. Hoje, entre 85% e 90% das matérias votadas no Congresso e aprovadas são de iniciativa do executivo, que conta ainda com as chamadas medidas provisórias. Mas isso diz respeito ao sistema como um todo, isto é, a forma como se dá o presidencialismo no Brasil, que alguém já chamou de presidencialismo de coalizão, que é um tipo de presidencialismo que implica na formação de uma base parlamentar de apoio que inclui vários partidos. No nosso caso, temos aí um espectro que vai da direita à esquerda em um mesmo governo, e aí a forma como se dá a constituição dessas bases, seja pela troca, negociação de ministérios etc. Mas como democratizar? Eu acho que não há uma receita para isso.

**REVISTA INTER-LEGERE:** O senhor vislumbra a possibilidade da assunção de novos poderes mais populares na América Latina, como na Venezuela, Bolívia ou Equador? São mais democráticos?

**PROFESSOR HOMERO DE OLIVEIRA COSTA:** Particularmente eu os vejo com muita simpatia. Em boa parte da mídia brasileira isto não é tanto presente, principalmente em relação a Chávez. Se pegarmos os grandes jornais normalmente o que noticiam sobre o governo de Chávez, basicamente, 90% da cobertura é negativa, acusando-o de populista etc. Acho que quem deve falar sobre isso é o próprio povo da Venezuela, sobre o que Chávez tem feito. Mas eu vejo com muita simpatia governos como o da Bolívia, do Equador, enfim, governos mais populares no sentido de políticas públicas efetivamente mais dirigidas para os excluídos, os pobres etc. É claro que isso enfrenta uma grande resistência por parte das elites nacionais e internacionais, mas acho importante o que eles têm feito, embora saiba das dificuldades que esses governos vão enfrentar tanto no plano interno quanto no plano externo.

**REVISTA INTER-LEGERE:** Ainda é possível operar com o binômio esquerda/direita?

**PROFESSOR HOMERO DE OLIVEIRA COSTA:** Tem uma frase que eu acho muito interessante, que diz que todos aqueles que negam o binômio esquerda/direita normalmente são de direita. Acredito que isso ainda exista, embora seja difícil, no Brasil, dizer o que é esquerda e direita. O Partido dos Trabalhadores (PT) é hoje um partido de esquerda? O Partido Popular Socialista (PPS), oriundo do Partido Comunista, é um partido de esquerda? É difícil afirmar isso. Eu acho que não são. Mas eu ainda acho perfeitamente válido trabalhar com os conceitos de esquerda e direita.